



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**PROFISSIONAL DE APOIO E INCLUSÃO**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO**

1. Esta prova é composta por 10 (dez) questões objetivas, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas UMA é correta.
2. Somente haverá um gabarito oficial para cada questão. A marcação de duas ou mais alternativas na mesma questão implicará na anulação da respectiva questão para o candidato, sem atribuição de pontuação.
3. Erros de marcação na folha de respostas ou no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo substituição, correção manual ou recurso por esse motivo.
4. As três últimas pessoas candidatas presentes na sala de prova deverão permanecer até o encerramento, sendo que a saída deverá ocorrer conjuntamente, devendo uma aguardar a outra, conforme orientação da fiscalização.
5. Não é permitido o porte ou uso de aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, smartwatch, fone de ouvido, tablet ou similares, durante a realização da prova. Caso qualquer aparelho eletrônico toque, emita som, ou seja, manuseado, o candidato será convidado a se retirar do local de prova e automaticamente eliminado do certame, independentemente de intenção ou justificativa.
6. O tempo máximo para a realização da prova é de 02 (duas) horas, incluído o preenchimento da folha de respostas. O candidato somente poderá se retirar da sala após o tempo mínimo de 30 (trinta) minutos do início da prova.
7. Não será permitido ao candidato levar consigo o caderno de prova nem o gabarito, sob qualquer hipótese, devendo ambos ser entregues ao fiscal ao término da avaliação.
8. Ao iniciar a prova, o candidato deverá verificar se o caderno contém todas as questões e se não há falhas de impressão. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente à fiscalização, não sendo concedido tempo adicional posteriormente.
9. O descumprimento de qualquer uma das orientações acima implicará na aplicação das sanções previstas no edital do certame.

**Este é um momento importante para demonstrar seus conhecimentos, preparo técnico e compromisso com a educação inclusiva.**

**Leia atentamente cada questão, administre bem o seu tempo e confie na sua trajetória de estudos e experiências. Independentemente do resultado, sua participação já representa engajamento com a construção de uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.**

**Boa prova!**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**QUESTÃO 1.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ao adotar o paradigma inclusivo, fundamenta-se no entendimento de que:

- a) O atendimento educacional especializado constitui a principal estratégia de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial.
- b) As limitações funcionais do estudante devem ser compensadas por intervenções predominantemente terapêuticas.
- c) A diversidade humana integra o contexto escolar, cabendo aos sistemas de ensino organizarem-se para remover barreiras à participação e à aprendizagem.
- d) Ambientes educacionais especializados oferecem melhores condições para o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência.
- e) A educação especial organiza-se prioritariamente em espaços distintos da escola comum.

**QUESTÃO 2.** Nos termos do Decreto nº 7.611/2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- a) Atua de forma complementar ou suplementar ao ensino comum, integrando a proposta pedagógica sem substituí-la.
- b) Constitui alternativa educacional à escolarização na classe comum.
- c) Destina-se aos estudantes com comprometimentos cognitivos mais significativos.
- d) Deve ser ofertado no mesmo turno da escolarização regular, como regra geral.
- e) É desenvolvido exclusivamente por meio de parcerias com instituições especializadas.

**QUESTÃO 3.** Considerando a Lei nº 13.146/2015 (LBI) e as orientações do MEC, a atuação do profissional de apoio escolar caracteriza-se por:

- a) Participação direta na definição dos objetivos pedagógicos individualizados do estudante.
- b) Assunção temporária das atividades docentes em situações específicas.
- c) Atuação pedagógica paralela à do professor regente, visando garantir a aprendizagem.
- d) Desenvolvimento de ações restritas aos cuidados pessoais, desvinculadas do cotidiano escolar.
- e) Apoio à autonomia, à acessibilidade, à segurança e à participação do estudante, sem exercício de atribuições docentes.

**QUESTÃO 4.** À luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), configura violação ao direito à educação inclusiva:

- a) A oferta de serviços de apoio educacional em período distinto da escolarização regular.
- b) A adequação de instrumentos avaliativos às necessidades do estudante.
- c) A promoção de formação continuada voltada à educação inclusiva.
- d) A exigência de contraprestação financeira adicional em razão da condição de deficiência do estudante.
- e) A disponibilização de recursos e tecnologias assistivas no ambiente escolar.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**QUESTÃO 5.** No contexto da educação inclusiva, a avaliação da aprendizagem deve:

- a) Considerar o percurso do estudante, seus avanços, potencialidades e as barreiras presentes no processo educativo.
- b) Adotar parâmetros uniformes, de modo a garantir tratamento isonômico entre os estudantes.
- c) Fundamentar-se prioritariamente em laudos e diagnósticos clínicos.
- d) Restringir-se à aferição de conteúdos previamente definidos como mínimos.
- e) Ser conduzida de forma autônoma pelo profissional de apoio escolar.

**QUESTÃO 6.** É compatível com os princípios da educação inclusiva a prática pedagógica que:

- a) Organiza propostas diferenciadas de forma permanente para grupos específicos de estudantes.
- b) Estrutura o planejamento a partir de estratégias uniformes, assegurando igualdade formal.
- c) Condiciona a adaptação curricular à apresentação de documentação médica específica.
- d) Incorpora o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), prevendo múltiplas possibilidades de engajamento, representação e expressão.
- e) Prioriza intervenções individualizadas em detrimento de experiências coletivas.

**QUESTÃO 7.** Conforme a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a educação especial configura-se como modalidade de educação escolar oferecida:

- a) Em instituições especializadas, de forma prioritária.
- b) De acordo com a conveniência administrativa dos sistemas de ensino.
- c) Preferencialmente na rede regular de ensino, com a oferta de serviços e recursos de apoio quando necessários.
- d) Mediante comprovação diagnóstica formal.
- e) Com maior incidência na etapa da educação infantil.

**QUESTÃO 8.** Nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), são consideradas barreiras à inclusão, EXCETO:

- a) Obstáculos de natureza arquitetônica e urbanística.
- b) Limitações nos sistemas de comunicação e informação.
- c) Atitudes e comportamentos que dificultam a participação social.
- d) Práticas pedagógicas baseadas em metodologias excludentes.
- e) As características funcionais inerentes à deficiência do estudante.

**QUESTÃO 9.** No âmbito da educação inclusiva, o trabalho colaborativo entre professor regente, professor do AEE e profissional de apoio:

- a) Depende da iniciativa individual dos profissionais envolvidos.
- b) Restringe-se ao compartilhamento de informações comportamentais.
- c) Ocorre prioritariamente em espaços administrativos.
- d) Constitui elemento essencial para o planejamento e a implementação de estratégias voltadas à superação de barreiras à aprendizagem e à participação.
- e) Prescinde da articulação com a equipe gestora.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**QUESTÃO 10.** Um estudante público-alvo da educação especial frequenta turma regular e recebe AEE no contraturno. Mesmo diante da identificação prévia de barreiras à aprendizagem e à participação, a instituição de ensino mantém instrumentos avaliativos padronizados, sem promover adaptações razoáveis.

Considerando o art. 58 da Lei nº 9.394/1996, os arts. 3º, inciso IX, e 28 da Lei nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tal conduta deve ser considerada:

- a) Compatível com a legislação, por assegurar tratamento igualitário entre os estudantes.
- b) Incompatível com o ordenamento jurídico, por descumprir o dever de promoção de adaptações razoáveis e a equidade educacional.
- c) Aceitável mediante anuência da família.
- d) Justificada pela ausência de documentação médica atualizada.
- e) Regular, desde que haja acompanhamento por profissional de apoio escolar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**GABARITO - PROFISSIONAL DE APOIO E INCLUSÃO**

1. **C**
2. **A**
3. **E**
4. **D**
5. **A**
6. **D**
7. **C**
8. **E**
9. **D**
10. **B**